

Conferência iTchStyle Summit'24 - CITEVE

Intervenção do Ministro da Economia, Pedro Reis

Matosinhos, 20 maio 2024

Meus Senhores e minhas Senhoras,

A economia portuguesa tem uma oportunidade de afirmação internacional. Não posso deixar de prestar homenagem a uma indústria absolutamente estrutural da nossa economia, que tem dado cartas. Que soube mostrar a Portugal e ao mundo como é possível pegar num setor tradicional e no que isso tem de bom – tradicional para mim quer dizer experiência, competência, património, conhecimento – e associar a isso a reinvenção do setor. Introduzindo o valor da marca, inovação e desenvolvimento, talento, tecnologia.

Esta é uma demonstração clara de que é possível reinventar os setores tradicionais. E ao reinventar os setores tradicionais, temos o melhor de dois mundos: experiência com inovação.

Eu, como Ministro da Economia, estou aqui a prestar homenagem ao vosso setor. Nomeadamente, dando um voto de confiança, que continuem a acreditar no país, nas vossas capacidades e na capacidade de se internacionalizarem. Não são episódios nem momentos que possam estar no percurso que retiram o orgulho que o país tanto no setor. O país está e acredita muito no setor e nomeadamente na sua internacionalização.

E em que é que acreditamos neste momento da economia portuguesa? Qual é a visão que temos no país? A visão não é estabelecida pelo Estado. A visão de um país, de uma economia, de um setor é cosida por todos os *stakeholders*.

Não andamos muito longe da verdade se dissermos que a visão e o potencial da economia portuguesa e do vosso setor podem ser mais exportadores, mais internacionalizados, com base no talento e na inovação.

E isso consegue-se se se afirmar e patrocinarmos positiva e transparentemente a iniciativa privada. Queremos as empresas privadas cada vez com mais sucesso, cada vez com mais escala, cada vez mais capitalizadas. Porque hoje o mundo é relativamente pequeno e a economia mundial é apertada.

Portanto, os países têm de ter claro que é um privilégio ter as suas empresas cá sediadas e não o inverso. E são os países e as economias e os governos que têm de fazer tudo. Têm de desconstruir custos, contexto e alinhar os incentivos certos para

conseguir atrair mais investimento e ganhar mais escalas nas suas empresas. Isto parece pouco, mas é tudo. Tudo começa na atitude.

E a atitude que eu vejo no vosso setor é também o que gostaria de ver plasmado inclusivamente no Ministério da Economia, que está ao serviço das empresas. Nós somos o Ministério das Empresas. Quanto maior for o vosso sucesso, maior é o sucesso do país. Quanto maior for o vosso crescimento, mais riqueza tem o país. Quanto mais resultados tiverem, mais justiça social é possível fazer chegar a quem mais precisa. Há um alinhamento total e contem com o nosso apoio.

E o é que faz a diferença para as empresas? O filtro é fácil: se todas as decisões que tomarmos como país – não é só o Governo, não é só o setor público, todos nós somos chamados a essa responsabilidade – ajudarem a aumentar e a melhorar a produtividade das empresas ou da competitividade, provavelmente estamos no caminho certo.

Ou seja, se tudo o que se implementar ajudar a aumentar a intensidade de capital, a capacidade de inovação tecnológica, a qualidade do talento e das lideranças, se conseguirmos fazer alívios fiscais, retirar a burocracia, acelerar a justiça económica e fazer a estruturação de infraestruturas estratégicas.

É determinante e paradigmático que se tenha anunciado ao país um novo aeroporto, uma terceira travessia sobre o Tejo e uma ligação em alta velocidade a Madrid.

Muito antes da obra estar feita, estou certo de que ajuda a posicionar o país na captação de investimento. E nós precisamos de mais investimento externo. O capital externo e estrangeiro é muitíssimo bem-vindo ao nosso país.

A nossa economia caracteriza-se por ser uma placa giratória, integrada no mundo. O investidor estrangeiro, quando se instala em Portugal, os vossos parceiros, os vossos clientes, os vossos professores, quando olham para Portugal, não é pela dimensão do nosso mercado. É pelas capacidades e competências das nossas empresas, que são vocês.

É tremendamente importante que nós invistamos numa lógica de mobilidade, de sustentabilidade da nossa economia. Este mapa das infraestruturas estratégicas vai muito para além do turismo – que é muito bem-vindo e que é sempre possível qualificá-lo mais – vai permitir aceder aos mercados externos para importar mercadorias e centros de competência muito mais diversos e acredito que abre uma série de oportunidades para as próprias empresas e grupos portugueses.

Por outro lado, queremos apostar em termos de capitalização e financiamento das empresas portuguesas. Começando pelo dia a dia: é importante que o Estado pague a horas. É importante que haja conta corrente com o Estado, que seja possível compensar os créditos tributários.

Mas também é importante que o Banco Português do Fomento coloque os produtos junto das empresas, seja a nível de capitalização, seja a nível de endividamento. Que

faça, digamos, a cobertura das falhas de mercado. Que tenha mais apetite de risco no sentido do longo prazo, maturidades mais exigentes, que reforce as linhas de garantias mútuas e seguros de crédito, porque é aí que está a maneira de mitigar o vosso risco na abordagem a mercados externos.

E depois é muito bem-vindo também o capital de risco em Portugal. Porque traz *players* externos, oxigena a nossa economia, acelera processos de sucessão ou de profissionalização das empresas, torna mais exigente e mais racional as decisões de gestão. Também aí é positivo que os nossos empresários, sejam de que também forem, tenham a opção de escolha de ter mais parceiros, se quiserem desbancarizar o seu financiamento ou, se quiserem, reforçar, acelerar a sua curva de experiências no seu projeto de crescimento e de internacionalização.

O sistema tem de permitir as opções todas às empresas e que o limite seja só a sua capacidade ou a sua estratégia, e não que o limite seja imposto porque não lhes deram espaço para respirar.

Isto é o que o Ministério da Economia deve ajudar a criar, criar as condições e dar-vos confiança.

Para ter confiança é preciso recuperar e acelerar toda a temática do PRR e do PT 2030. Isso passa pelo reforço dos organismos intermédios, que está a ser pensado. Por parcerias para a agilização da avaliação de candidaturas, por toda a temática de articulação dos organismos.

E também que se aproveite para fazer um trabalho de fundo, aí já não tanto a nível nacional, mas também a nível europeu, de pensar os critérios de elegibilidade em relação à dimensão das empresas.

Nós no fundo acabamos por sacrificar o ganho de dimensão. Ou seja, à medida que as empresas vão passando a PMEs e depois a uma categoria de *Mid Caps* e por aí fora, vão perdendo acesso a incentivos.

Há aqui uma incongruência no sistema.

Tal como é muito importante, também a nível europeu, introduzir mecanismos niveladores face às nossas concorrências extracomunitárias. Nós, Europa, se queremos mais inovação e queremos mais escala, temos de exigir equidade e transparência nos requisitos ambientais, sociais e fiscais dos nossos concorrentes internacionais.

Só assim é que temos *levels playing fields* para as vossas empresas vincarem em campo aberto. Temos de jogar em campo aberto e com armas equivalentes.

Portanto, quando vemos a agenda do PRR e do PT 2030 há muitas pessoas que ainda drenam energias e pensam como é que devia ter sido feito. Mas este já não é o tempo do desenho, já não é o tempo da filosofia, não é o tempo da conceção. O tempo é o da

execução, o que existe é o que temos, então vamos executar bem, vamos executar rápido e vamos executar transparentemente.

Portanto, gosto de ver o foco muito forte nas PME's e gosto de ver o regresso dos Sis de inovação, dos Sis de inovação produtiva e por aí fora.

É isso que as empresas precisam. É isso que nós temos de fazer chegar às empresas. Não complicar e executar.

Também referi a dimensão da escala. Da parte do Ministério da Economia como é que podemos promover a escalabilidade das empresas portuguesas? Como sabem, com a escala, vem acesso ao melhor talento, a melhores parcerias internas e externas, a melhores condições de financiamento e de *equity*. Só tem vantagens a escala. O que não quer dizer que no mundo moderno escala não seja conseguida também funcionando em rede.

Eu, aliás, acho que esses cromossomas da economia moderna são o que faz cair os eventuais condicionamentos que a nossa economia tinha há décadas pela sua dimensão. Portanto, hoje estamos bem. O jogo internacional foi no sentido das forças da economia portuguesa. E já agora é uma oportunidade interessante, como sabem as placas tectónicas da economia mundial estão a mexer-se. E depois vão consolidar-se, daqui a quatro ou cinco anos, vamos ver com a volatilidade toda que existe nos mercados externos na sede e os desafios geopolíticos e geoestratégicos. Mas há um dia em que vão assentar. E quando nós nesse dia virmos que o mundo que resultou da Covid, da aceleração digital, da transição climática, destes conflitos internacionais, é irreversivelmente diferente daquele que existia há cinco ou oito anos. Não foi assim há tanto tempo e nem é sempre assim. Mas nós estamos a viver um desses momentos no mundo. E é importante que Portugal saiba aproveitar, quando a lógica já não é só uma lógica de eficiência máxima, de competitividade máxima, nós estamos a viver um momento em que também entram aspetos como a segurança estratégica, o acesso a competências e reservas e a recursos críticos. E isso abre a Portugal, e o vosso setor sabe isso bem, a capacidade de resposta, a credibilidade e a *reliability* dos prazos.

O que eu vejo é um alinhamento feliz entre os desafios do mundo de hoje e as capacidades da economia portuguesa. Agora é fazer acontecer. Para fazer acontecer queremos recuperar muito a diplomacia económica.

E essa é muito a razão pela qual a AICEP passa a ser tutelada mais diretamente pelo Ministério da Economia, em partilha com o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Muito bem que assim seja e que se mantenha.

Mas a diplomacia acontece, primeiro, articulando organismos – AICEP, Turismo de Portugal, embaixadas, consulados e por aí fora. E depois, intensificando as missões. Tão simples quanto isto. Eu fui presidente da AICEP. Lembro-me bem do que é que se pedia. Pedia-se reforço da rede externa, mais missões ao exterior e só se conquista o investimento quando conseguimos trazer as missões inversas. Nesse dia, o Estado

fez o seu papel de *endorser* das vossas empresas. E depois é com as empresas, mas é deixá-las respirar e funcionar. Este é o papel da diplomacia económica e este é o tempo de políticas de outros parceiros internacionais fortes, os projetos estratégicos, tudo isso estão em jogo sentidos de grande dimensão.

Portanto, Portugal tem de seguir a Europa, tem de jogar esse jogo de uma forma clara e então concentrar a atração de investimento em três ou quatro métricas. Primeiro, privilegiar as indústrias que tenham alto valor nacional acrescentando, fazer a diferença. Senão somos mero *traders*, com todo o respeito pelo *trading*. Depois, onde for possível substituir importações é interessante para fechar as cadeias de valor, ainda por cima num setor tão longo como o vosso. E depois que tenham componente tecnológica acentuada. Por isso, é interessante ouvir falar nos vossos DPPS, como é interessante os vouchers digitais para as startups - Portugal nesse aspeto atrai bem, posiciona-se bem - como é interessante ter cada vez mais doutorados nas PME's, como é interessante desenvolver redes de *test beds* digitais e por aí fora.

Este é o *name of the game* e Portugal posiciona-se bem, assim deixem as nossas empresas respirar, o que implica simplificação.

Faz-me alguma confusão porque é que as empresas têm de se forçar nos seus mercados externos, têm de se focar no seu fabrico, têm de se focar nas suas equipas, têm de se focar na sua logística e depois têm de ter cada vez mais recursos para lidar com o Estado. Para passar informação que já está no Estado. Porquê? Esse é um exercício que todos temos de fazer em conjunto. Portanto, quando eu olho para os desafios que o vosso setor tem, e é um setor de facto impressionante, com 12.000 empresas, 130.000 postos de trabalho, um negócio de cerca de 8 mil milhões de euros, com exportações na ordem dos 5,8 mil milhões de euros, estas cadeias de valor longas e globalizadas, o que eu vejo são crescentemente produtos e serviços integrados, alta qualidade, inovadores sustentáveis, circulares, como vimos aqui. O vosso setor tem um aspeto muito interessante que são as tangentes com outros setores, como é o setor automóvel, da saúde, da construção, da própria agricultura. Isto dá uma riqueza estratégica ao vosso setor que é bastante única.

E quais são os desafios? São muito semelhantes aos que se colocam à economia portuguesa. Escalarem nas marcas próprias é o nirvana do caminho empresarial. E cada vez temos mais marcas próprias, como muito bem sabem já que são vossas. Toda esta temática do online e da digitalização, e tenho assistido a casos espantosos de algumas visitas que fiz às vossas empresas e fui sempre surpreendido pela plasticidade, pela agilidade e pela criatividade.

Também nos posicionamos muito bem na tal adaptação aos modelos comerciais, a articulação em rede. E, por fim, esta combinação que fazem do modelo híbrido entre os setores tradicionais e os setores emergentes.

Não tenham dúvidas nenhuma que o Ministério da Economia neste mandato, enquanto eu cá estiver, está ao serviço das empresas. Queremos inaugurar, aliás, iniciativas de muita proximidade e já foram feitos modelos desses e bem feitos. O

nosso tema não é fazer diferente dos outros ou marcar um ciclo, o nosso tema é executar e ajudar as empresas no concreto. Se fizermos isso já fizemos muito. Aquelas pequenas alavancas que vos bloqueiam, que vos condicionam, se ajudarmos a removê-las, depois é soltar a vossa capacidade e o vosso potencial. A capacidade da economia portuguesa está nas empresas e, portanto, verão rapidamente no terreno e de forma articulada jornadas de proximidade conjuntas com o Banco Português de Fomento, com o IAPMEI, com o AICEP, com o Turismo de Portugal porque o Estado – e fala-vos alguém que passou a maior parte da vida no setor privado – tem que ter uma proposta de valor ao país. Temos de estar à altura do sacrifício que os portugueses fazem ao pagar tantos impostos e já agora convém que paguem menos.

É um contrato económico que temos de ter, social e estratégico. E a vantagem da dimensão da nossa economia, se tivermos alinhamento, se percebermos que vingamos todos juntos ou marcamos passo todos juntos. Não tenho dívidas que estamos numa fase em que se vai gerar maior crescimento económico e todos ficam a ganhar. É nossa obrigação, contem connosco e parabéns ao vosso setor e força porque são muito admirados pelo país fora.

Obrigado.